

MD
A Filosofia do Poder no Brasil: "Autoritarismo desmobilizador" ou "Conciliação".

Roteiro

Introdução

geralmente 1. Por "Filosofia do poder" entenderemos a consciência imediata, frequentemente implícita, que acompanha a atuação dos donos do poder. Ou seja, o que há de nuclear, de fundamental na percepção desses atores. Por se tratar de uma ideologia imanente à prática política, tal "filosofia" constitui menos uma justificativa destinada a impressionar terceiros do que da maneira como, espontaneamente, o poder vê a si próprio e concebe suas relações com a Sociedade Civil.

2. No caso brasileiro, essa filosofia nos parece ter sido relativamente constante desde os meados do século passado. No entanto tem oscilado entre duas variantes principais, que denominaremos "autoritarismo desmobilizador" (ou "ideologia de Estado") e "Conciliação". A primeira, explicitada sobretudo por Oliveira Vianna, enfatiza a distância entre Estado e Sociedade Civil, e a passividade do ator político comum. A segunda, formulada por Gilberto Freyre em Novos Mundo nos Trópicos e em Quase Política, reduz essa distância e concebe a relação governante/governados como cordial (quando não deturpada por fatores alheios à nacionalidade), se bem que hierárquica e intermediária entre a relação igualitária e a relação senhor/súdito.

3. Em relação a essa ideologia "primária", as doutrinas que, desde o Visconde do Uruguay até a Escola Superior de Guerra, focalizaram o poder - seus objetivos, sua natureza, suas condições de surgimento e durabilidade - têm constituído ideologias "secundárias". Isto é, adaptações circunstanciais e/ou "racionalizações", fenômenos de dissimulação ou legitimação destinados a facilitar a aceitação do conteúdo "primário", por parte de outros grupos que não os grupos dominantes. O mesmo se dirá em relação às ideologias sucessivamente dominantes - como liberalismo, populismo, desenvolvimentismo etc... - no tocante à sua conceituação do poder.

1a. Parte: Os postulados da filosofia do poder no Brasil

A ideologia afirma:

1.1. Independentemente das qualidades que podem possuir seus membros, a Sociedade Civil brasileira é politicamente fraca. Ou seja, é incapaz - tomada em conjunto ou considerando-se apenas os grupos socio-economicamente dominantes - de se auto-organizar num todo composto de partes interdependentes (na conceituação de Alberto Torres) e/ou de se expressar num Estado digno deste nome (na conceituação de Nestor Duarte). Essa fraqueza política acarreta outras, em todas as esferas sociais. Assim como a fra-

queza do Brasil face ao mundo exterior e a facilidade com que ideários políticos e formas culturais alienígenas invadem o Brasil.

1.2. A superação dessa situação não pode se dar nem através do debate de opiniões (o "mercado político" dos liberais) nem da dialética da luta de classes no sentido marxista. Mesmo porque um e outro pressupõem, para não se reduzir a mimetismos superficiais do que ocorre lá fora, uma Sociedade Civil forte. Longe de constituírem a condição de organização política sociedade, eles requerem essa organização para se colocar em órbita.

1.3. A Sociedade Civil brasileira deve, portanto, ser tutelada por um Estado forte, que constitui o primeiro elo da organização política. Esse Estado ora é concebido como uma entidade burocrática e impessoal (O. Vianna) ora como uma instância paternal, possível desde que certos mandões (Pedro II, Castello Branco) consigam "sublimar" o privatismo e as relações sado-masoquistas da Casa Grande. Mas essa tutela visa sua auto-supressão. O desenvolvimento da organização política - e, no seu rastro o dos direitos econômicos, sociais e civis - permitirá o das liberdades políticas no sentido corrente. Por exemplo, para O. Vianna, a democracia liberal constitui um alvo remoto, dentro de um "calendário" a executar progressivamente.

1.4. Apesar da sua fraqueza política, a Sociedade Civil comporta todos os ingredientes da sua redenção. Primeiro porque a própria definição da organização a implantar está inscrita dentro dessa fraqueza: ela não só determina os prazos a obedecer e os meios a utilizar como o conteúdo específico a dar as exigências universais como o ideal de solidariedade orgânica entre os membros de uma nação. Segundo porque a fraqueza, convenientemente manejada pelos cálculos da engenharia social (como a concebe O. Vianna) ou pelo bom senso do Poder Moderador enaltecido por G. Freyre, pode se tornar um fator positivo. Assim, para O. Vianna, o espírito de associação - que permitiria um sentimento nacional forte e/ou classes antagônicas fortemente estruturadas, logo uma Sociedade Civil forte - tem sido difícil, até o momento, em virtude da atomização geográfica e social dos brasileiros. Mas essa mesma atomização facilita o desempenho desembaraçado dos tecnocratas a serviço da "política objetiva": suas realizações não encontram as resistências inerentes às sociedades liberais.

1.5. Os traços e problemas acima são características de longa duração. Têm evoluído pouco desde a Independência. Definem uma "natureza social brasileira" que só poderá ser mudada, assim mesmo aos poucos, quando se tomar a medida exata dessa realidade específica.

2a. Parte: As raízes da filosofia do poder e das suas duas modalidades principais

2.1. A ideologia exposta acima não pode ser tomada ao pé da letra, isto é, como uma descrição objetiva dos problemas enfrentados pelo poder ao longo da história brasileira. A fraqueza política da Sociedade Civil é em parte real, mas, longe de constituir um ponto de partida que legitimaria o Estado tutelar, ela decorre essencialmente da própria atuação dos grupos dominantes de modo geral, e dos donos do poder de modo particular. A ideologia não é senão a projeção e objetivação, por parte dos dominantes, da sua atuação "conciliatória" ou "desmobilizadora" sobre os dominados.

2.2. Há de reconhecer, no entanto, que essa atuação tem sido permitida por uma situação originária, qual seja a magnitude do hiato entre dominantes e dominados, em decorrência de fatores como a concentração da propriedade, a escravidão e o papel do estamento burocrático português. Por sua vez as estratégias da "conciliação" (nos períodos de tranquilidade social) e de "desmobilização" (nos períodos de mobilização incipiente dos grupos dominados) têm contribuído para reproduzir esse hiato, por um movimento de feed-back que sobreviveu à Independência e à Abolição. Continua presente ainda hoje, através de novos mecanismos, e dentro de uma perspectiva de modernização econômica, administrativa e cultural.

2.3. Se a ideologia conciliatória/desmobilizadora está mais presente na consciência dos donos do poder do que nos grupos dominantes de modo geral, é porque o manejo desses mecanismos, desde o início do século, se tem concentrado nas suas mãos. O que tem permitido, em particular, o crescente controle dos movimentos nacionais-populares liderados por elites dissidentes.